TERMO DE CONTRATO Nº 134/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 018/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000001259/2025

Contrato Administrativo nº 134/2025, que fazem entre si o Município de Coronel José Dias/PI, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a empresa **VANDEILSON DE SANTANA SILVA**, nos termos seguir.

Município de CORONEL JOSÉ DIAS/PI por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Gabriel Américo de Oliveira, s/nº, Centro, na cidade de CORONEL JOSÉ DIAS, Estado do Piauí, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 41.522.160/0001-88, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF Nº 924.xxx.483-xx, nomeado pela Portaria nº 13/2025, de 02 de janeiro de 2025, publicada no D.O.M de 06 de janeiro de 2025, residente e domiciliado na cidade de Coronel José Dias – PI**,** localizável na sede da prefeitura municipal no endereço acima indicado, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa VANDEILSON DE SANTANA SILVA, inscrita no CNPJ sob o Nº 13.689.060/0001-05, com endereço à AV HIPOLITO RIBEIRO SOARES, 96 - Centro, CEP: 64.770-00, na cidade de São Raimundo Nonato - PI, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo senhor VANDEILSON DE SANTANA SILVA, brasileiro, empresário, portador do CPF Nº 899.xxx.123-xx, residente e domiciliado na cidade de São Raimundo Nonato - PI, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Nº 0000001259/2025 e** em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP Nº 018/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II):

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa, por Pregão Eletrônico SRP, para Registro de Preços para futura contratação de empresa para Aquisição de peças e acessórios, para atender demanda da frota de veículos próprios, cedidos e locados da Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel José Dias - PI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
7	1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PÇ	Cofap	2	R$ 441,01	R$ 882,02
7	2	AMORTECEDOR TRASEIRO	PÇ	Cofap	2	R$ 425,54	R$ 851,08
7	3	BANDEJA SUSPENSÃO	PÇ	COFAP	2	R$ 1.764,06	R$ 3.528,12
7	4	BICO INJETOR	PÇ	BOSCH	2	R$ 2.491,34	R$ 4.982,68
7	5	BIELETA	PÇ	TRW	2	R$ 108,31	R$ 216,62
7	6	BOMBA COMBUSTIVEL	PÇ	BOSCH	1	R$ 611,22	R$ 611,22

7	7	BRACO AXIAL	PÇ	TRW	6	R$ 147,00	R$ 882,00
7	8	BUCHA BANDEJA PARTE DIANTEIRA	PÇ	AXIOS	6	R$ 170,21	R$ 1.021,26
7	9	BUCHA BANDEJA PARTE TRASEIRA	PÇ	AXIOS	6	R$ 131,52	R$ 789,12
7	10	CABO CAPO	PÇ	Cabovel	2	R$ 410,06	R$ 820,12
7	11	CABO FREIO	PÇ	Cabovel	1	R$ 332,69	R$ 332,69
7	12	CILINDRO RODA	PÇ	Ate	2	R$ 301,74	R$ 603,48
7	13	CORREIA ALTERNADOR	PÇ	Gates	1	R$ 100,58	R$ 100,58
7	14	CORREIA DENTADA	PÇ	Gates	1	R$ 116,05	R$ 116,05
7	15	COXIM AMORTECEDOR	PÇ	COFAP	2	R$ 239,85	R$ 479,70
7	16	COXIM CÂMBIO	PÇ	SAMPEL	2	R$ 270,79	R$ 541,58
7	17	COXIM INFERIOR CÂMBIO	PÇ	Sampel	2	R$ 239,85	R$ 479,70
7	18	CUBO RODA DIANTEIRO	PÇ	IMA	2	R$ 897,50	R$ 1.795,00
7	19	CUBO RODA TRASEIRO	PÇ	IMA	2	R$ 1.114,13	R$ 2.228,26
7	20	DISCO FREIO	PÇ	Fremax	2	R$ 1.176,03	R$ 2.352,06
7	21	FAROL LD	PÇ	Arteb	1	R$ 1.360,18	R$ 1.360,18
7	22	FAROL LE	PÇ	Arteb	1	R$ 1.360,18	R$ 1.360,18
7	23	FLANGE MODULO COMBUSTIVEL	PÇ	Tsa	2	R$ 170,21	R$ 340,42
7	24	INDUZIDO MTR PARTIDA	PÇ	Ikros	2	R$ 425,54	R$ 851,08
7	25	JUNTA DESLIZANTE LD	PÇ	Nakata	0	R$ 649,91	R$ 0,00
7	26	JUNTA DESLIZANTE LE	PÇ	Nakata	0	R$ 649,91	R$ 0,00
7	27	JUNTA HOMOCINETICA	PÇ	Nakata	2	R$ 572,54	R$ 1.145,08
7	28	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO	PÇ	Cofap	2	R$ 557,06	R$ 1.114,12
7	29	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO	PÇ	COFAP	2	R$ 286,27	R$ 572,54
7	30	MOTOR VENTILADOR	PÇ	Valeo	1	R$ 843,33	R$ 843,33
7	31	PASTILHA FREIO	JG	Fras-Le	4	R$ 301,74	R$ 1.206,96
7	32	PIVÔ SUSPENSÃO	PÇ	Viemar	2	R$ 177,95	R$ 355,90
7	33	RADIADOR	PÇ	Visconde	1	R$ 632,89	R$ 632,89
7	34	REGULADOR VOLTAGEM	PÇ	Gauss	1	R$ 1.578,36	R$ 1.578,36
7	35	RESERVATÓRIO ÁGUA	PÇ	Gosmel	1	R$ 270,79	R$ 270,79
7	36	RETIFICADOR	PÇ	Ikros	2	R$ 479,69	R$ 959,38
7	37	ROLAMENTO CORREIA DENTADA	PÇ	Gates	2	R$ 507,55	R$ 1.015,10
7	38	ROLAMENTO TENSOR ALTERNADOR	PÇ	IMA	2	R$ 479,69	R$ 959,38
7	39	SAPATA FREIO	PÇ	Fras-Le	2	R$ 727,28	R$ 1.454,56
7	40	SENSOR MAP	PÇ	MTE	2	R$ 193,42	R$ 386,84
7	41	SENSOR NIVEL COMBUSTIVEL	PÇ	BOSCH	1	R$ 394,59	R$ 394,59
7	42	SENSOR TEMPERATURA	PÇ	Iguaçu	1	R$ 765,96	R$ 765,96
7	43	SONDA LAMBDA	PÇ	NGK	1	R$ 812,39	R$ 812,39

7	44	TAMBOR FREIO	PÇ	Fremax	1	R$ 704,08	R$ 704,08
7	45	TENSOR CORREIA DENTADA	PÇ	IMA	1	R$ 471,96	R$ 471,96
7	46	TERMINAL DIREÇÃO	PÇ	TRW	2	R$ 147,00	R$ 294,00
7	47	TRIZETA	PÇ	Nakata	2	R$ 294,01	R$ 588,02
7	48	ALTERNADOR	PÇ	BOSCH	2	R$ 696,33	R$ 1.392,66
7	49	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PÇ	COFAP	2	R$ 510,65	R$ 1.021,30
7	50	AMORTECEDOR TRASEIRO	PÇ	COFAP	2	R$ 410,06	R$ 820,12
7	51	ATUADOR EMBREAGEM	PÇ	SKF	1	R$ 479,69	R$ 479,69
7	52	AUTOMÁTICO PARTIDA	PÇ	Ikros	1	R$ 394,59	R$ 394,59
7	53	BANDEJA SUSPENSAO	PÇ	COFAP	1	R$ 448,75	R$ 448,75
7	54	BICO INJETOR	PÇ	BOSCH	1	R$ 425,54	R$ 425,54
7	55	BIELETA	PÇ	TRW	1	R$ 116,05	R$ 116,05
7	56	BOBINA IGNIÇÃO	PÇ	BOSCH	1	R$ 379,11	R$ 379,11
7	57	BOMBA ÁGUA	PÇ	URBA	1	R$ 239,85	R$ 239,85
7	58	BOMBA COMBUSTÍVEL	PÇ	BOSCH	1	R$ 386,85	R$ 386,85
7	59	BOMBA DIR HID	PÇ	Ampri	1	R$ 974,87	R$ 974,87
7	60	BOMBA OLEO	PÇ	CHADECK	1	R$ 889,76	R$ 889,76
7	61	BRACO AXIAL	PÇ	TRW	1	R$ 85,11	R$ 85,11
7	62	BUCHA BANDEJA	PÇ	Axios	2	R$ 38,68	R$ 77,36
7	63	BUCHA EIXO TRASEIRO	PÇ	Axios	2	R$ 61,89	R$ 123,78
7	64	CABO ACELERADOR	PÇ	Cabovel	2	R$ 69,62	R$ 139,24
7	65	CABO CAPO	PÇ	Cabovel	2	R$ 54,15	R$ 108,30
7	66	CABO CX MARCHA	PÇ	Cabovel	2	R$ 750,49	R$ 1.500,98
7	67	CABO EMBREAGEM	PÇ	Cabovel	1	R$ 69,62	R$ 69,62
7	68	CABO FREIO	PÇ	Cabovel	1	R$ 116,05	R$ 116,05
7	69	CABO VELA	PÇ	NGK	2	R$ 170,21	R$ 340,42
7	70	CAIXA DIRECAO	PÇ	Trw	1	R$ 2.444,92	R$ 2.444,92
7	71	CATALISADOR	PÇ	Tuper	1	R$ 1.632,53	R$ 1.632,53
7	72	CHAVE SETA	PÇ	Kostal	1	R$ 533,85	R$ 533,85
7	73	CILINDRO AUX EMBREAGEM	PÇ	SKF	1	R$ 193,42	R$ 193,42
7	74	CILINDRO MESTRE EMBREAG	PÇ	SKF	1	R$ 263,05	R$ 263,05
7	75	CILINDRO MESTRE FREIO	PÇ	Varga	1	R$ 580,28	R$ 580,28
7	76	CILINDRO RODA	PÇ	Varga	2	R$ 116,05	R$ 232,10
7	77	COMPRESSOR AR COND	PÇ	Mahle	1	R$ 2.096,75	R$ 2.096,75
7	78	CORPO BORBOLETA	PÇ	NGK	1	R$ 1.098,66	R$ 1.098,66
7	79	CORREIA ALTERNADOR	PÇ	Continental	1	R$ 69,62	R$ 69,62
7	80	CORREIA DENTADA	PÇ	Continental	1	R$ 85,11	R$ 85,11
7	81	CORREIA DH	PÇ	Continental	1	R$ 61,89	R$ 61,89
7	82	COXIM AMORTECEDOR	PÇ	COFAP	2	R$ 208,89	R$ 417,78
7	83	COXIM BANDEJA	PÇ	Axios	2	R$ 85,11	R$ 170,22
7	84	COXIM CÂMBIO	PÇ	SAMPEL	2	R$ 216,64	R$ 433,28
7	85	COXIM MOTOR	PÇ	Sampel	2	R$ 116,05	R$ 232,10

7	86	CUBO DIANTEIRO	PÇ	Ima	2	R$ 147,00	R$ 294,00
7	87	CUBO TRASEIRO	PÇ	IMA	2	R$ 294,01	R$ 588,02
7	88	DISCO FREIO	PÇ	Fremax	2	R$ 294,01	R$ 588,02
7	89	FAROL	PÇ	Hipper freios	1	R$ 649,91	R$ 649,91
7	90	HIDROVACUO	PÇ	Bosch	1	R$ 533,85	R$ 533,85
7	91	IMPULSOR MTR PARTIDA	PÇ	ZEN	1	R$ 116,05	R$ 116,05
7	92	INTERRUPTOR DE ÓLEO	PÇ	3hro	1	R$ 69,62	R$ 69,62
7	93	INTERRUPTOR TEMPERATURA	PÇ	MTE	1	R$ 105,22	R$ 105,22
7	94	JUNTA DESLIZANTE	PÇ	Nakata	1	R$ 394,59	R$ 394,59
7	95	JUNTA HOMOCINÉTICA	PÇ	Nakata	1	R$ 340,42	R$ 340,42
7	96	KIT AMORTECEDOR	PÇ	COFAP	1	R$ 77,37	R$ 77,37
7	97	KIT EMBREAGEM	KT	Sachs	1	R$ 696,33	R$ 696,33
7	98	MOLA ESPIRAL DIANT	PÇ	Cofap	2	R$ 270,79	R$ 541,58
7	99	MOLA TRASEIRA	PÇ	Cofap	2	R$ 239,85	R$ 479,70
7	100	MOTOR VENTILADOR	PÇ	Valeo	1	R$ 696,33	R$ 696,33
7	101	PASTILHA FREIO	JG	Fras-Le	2	R$ 216,64	R$ 433,28
7	102	PIVO	PÇ	Viemar	1	R$ 92,84	R$ 92,84
7	103	RADIADOR	PÇ	Visconde	1	R$ 495,17	R$ 495,17
7	104	REGULADOR VOLTAGEM	PÇ	Ikros	1	R$ 286,27	R$ 286,27
7	105	RESERVATÓRIO ÁGUA	PÇ	Gosmel	1	R$ 100,58	R$ 100,58
7	106	RETENTOR VOLANTE	PÇ	Sabo	1	R$ 77,37	R$ 77,37
7	107	ROLAMENTO DIANTEIRO	PÇ	SKF	1	R$ 270,79	R$ 270,79
7	111	TAMBOR FREIO	PÇ	Hipper freios	1	R$ 263,05	R$ 263,05
7	114	TERMINAL DIREÇÃO	PÇ	TRW	1	R$ 116,05	R$ 116,05
VALOR TOTAL :							**R$ 73.433,40**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. A Ata de Registro de Preços - ARP;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência findará em 05 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 106, 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO:

O valor total da contratação é de **R$ 73.433,40 (Setecentos e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta centavos).**

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os Pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação de serviços do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Coronel do Piauí/PI, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 08 (oito) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 08 (oito) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão

Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. multa de até 15% (quinze por cento) do valor contratual, conforme apuração da infração pela Administração.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art.
160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2025.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto:

12.8.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de Recursos do FPM/ICMS/REC. PRÓPRIOS e outros consignados no Orçamento Municipal de 2025, Recursos ordinários conforme a seguir:

UNID. ORÇAM	PROJ. ATIVIDADE	ELEM. DESPESA	F. REC
03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	04.122.0011.2010 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500

07.01 – SCERETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	15.452.0003.2056 - MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante Celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º):

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Coronel José Dias, PI, em 05 de setembro de 2025.

_____

NILTAVIO REIS DAMASCENO OLIVEIRA
Secretário(a) Municipal de Saúde
Pela Contratante

_____

VANDEILSON DE SANTANA SILVA
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF:

2- _____
CPF: